

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 166.499 - SP (2019/0173835-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
SUSCITANTE : **JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE GUARULHOS - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 5ª VARA DE CAXIAS DO SUL - SJ/RS**
INTERES. : **JUSTIÇA PÚBLICA**
INTERES. : **FELIPE PEREIRA DOS SANTOS**

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE GUARULHOS – SJ/SP em face do JUÍZO FEDERAL DA 5ª VARA DE CAXIAS DO SUL – SJ/RS.

Depreende-se dos autos que o ora interessado foi denunciado como incurso nos arts. 241-A e 241-B da Lei n. 8.069/1990, tendo o Juízo suscitante expedido carta precatória ao Juízo de Caxias do Sul/RS para que as testemunhas arroladas fossem lá interrogadas.

O Juízo suscitado, no entanto, declarou-se incompetente para o cumprimento da carta precatória ao argumento de que *"esta Seção Judiciária opera regularmente e sem dificuldades no agendamento e na realização de audiências por videoconferência, inclusive com Varas da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, razão pela qual não existem, no caso concreto, os entraves aventados pelo Juízo Deprecante para a realização do ato por videoconferência"* (e-STJ fl. 39).

Na sequência, foi instaurado o presente incidente.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo conhecimento do conflito para declarar competente o Juízo suscitado (e-STJ fls. 53/55).

É, em síntese, o relatório.

Decido.

De acordo como o art. 267 do Código de Processo Civil, aplicado ao processo penal por força do disposto no art. 3º do Código de Processo Penal, a recusa ao cumprimento de carta precatória somente pode se dar quando: i) a carta não estiver revestida dos requisitos legais; ii) faltar ao juiz competência em razão da matéria ou da

hierarquia, e iii) o juiz tiver dúvida acerca de sua autenticidade.

Não obstante, como visto, o fundamento invocado pelo Juízo suscitado para a recusa ao cumprimento da carta precatória foi diverso.

Além disso, conforme orientação jurisprudencial desta Corte, "*a oitiva por videoconferência – não obstante seja medida que visa agilizar a prestação jurisdicional, recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal – é faculdade conferida ao Juízo da causa, não podendo o Juízo deprecado determinar modalidade de oitiva diversa daquela que lhe foi deprecada* (CC n. 145.457/PA, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/09/2017, DJe 16/10/2017).

Nesse cenário, impende reconhecer a competência do Juízo suscitado para que dê cumprimento à carta precatória.

No mesmo sentido, cita-se:

PROCESSUAL PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA QUE RESIDE FORA DA JURISDIÇÃO DO MAGISTRADO COMPETENTE. CARTA PRECATÓRIA. RECUSA NÃO FUNDADA NAS HIPÓTESES DO ATUAL ART. 267 DO CPC. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

1. As hipóteses de recusa de cumprimento de carta precatória constituem rol taxativo e tinham previsão no então art. 209 do Código de Processo Civil, correspondente ao atual art. 267 do novo diploma legal, isto é, ao juízo deprecado somente é permitido devolver carta precatória quando não estiver revestida dos requisitos legais, quando carecer de competência em razão da matéria ou da hierarquia ou, ainda, quando tiver dúvida acerca de sua autenticidade, não estando, no caso em exame, a recusa do Juízo suscitado respaldada por nenhuma das hipóteses legais.

2. "Conquanto recomendável seja realizada por videoconferência, não compete ao Juízo deprecado determinar forma de audiência diversa daquela delegada, recusando-se assim ao cumprimento da deprecata" (CC 135.834/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 31/10/2014).

3. Conflito conhecido, para declarar a competência do Juízo Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas, o suscitado. (CC 148.747/PE, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/11/2016, DJe 30/11/2016.)

Citam-se, ainda, as seguintes decisões monocráticas: CC n. 170.647/SE, relator Ministro Jorge Mussi, DJe 19/3/2020 e CC n. 170.857/SE, relator

Superior Tribunal de Justiça

Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 13/3/2020.

Ante o exposto, **conheço do conflito e dou por competente o Juízo suscitado.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator